

O ESTADO DE S. PAULO

27 de outubro de 2022

O trabalho depois da eleição

José Pastore

O Brasil terá a mais exuberante prosperidade se 50% das promessas dos candidatos se tornarem realidade. No campo do trabalho, dizem eles, haverá emprego e renda para todos. O salário mínimo terá constantes aumentos reais. Para os mais necessitados, as transferências de renda serão vitalícias. E assim vai.

A materialização das promessas, é claro, depende de fatores que estão fora do alcance dos governantes – escassez de recursos e outros. Mas, se eu tivesse que indicar três prioridades viáveis, quais seriam?

1. A infraestrutura é uma poderosa usina de empregos diretos, indiretos e remotos. Assim ocorre com as obras de energia, comunicação (5G), ferrovias, rodovias, saneamento, etc. Os investidores privados já mostraram seu apetite nos leilões recém-realizados, o que deve aumentar muito com a melhoria da segurança jurídica e o bom funcionamento das agências reguladoras. Pode faltar pessoal qualificado, é verdade. Nesse campo, o governo precisará mobilizar as entidades de formação profissional de nível médio e superior e acionar políticas de incentivo para a preparação dos profissionais, em parceria com os investidores. Estes sabem muito bem o que é necessário.
2. Minha segunda prioridade cai no campo da educação para o trabalho. Destaco aqui a urgente necessidade de se executar um programa de três ou quatro anos para recuperar o grave atraso educacional causado pela covid-19 na maioria das crianças e jovens. Tal programa precisaria ser desenhado nos seus detalhes antes mesmo da posse do eleito e implantado para ajudar os jovens a entrarem de modo competitivo no mercado de trabalho. O Brasil não pode perder uma geração e deixar que ela tenha o seu futuro roubado. A qualificação também ajudará as empresas a melhorar a sua produtividade.
3. Finalmente, eu concentraria uma contínua atenção na atual desproteção trabalhista que decorre da informalidade. Essa tarefa é complexa e exige medidas de longa duração que envolvem a melhoria da qualidade dos postos de trabalho e a redução do custo da formalização, o que tangencia a reforma tributária cujo modelo, no meu entender, teria de levar em conta seriamente a capacidade de a economia gerar bons empregos.

Essas três prioridades exigem trabalho sério por muitos anos. E não podem ser postergadas. São inadiáveis.

José Pastore é professor da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP. É membro da Academia Paulista de Letras.